

MARY GARCIA CASTRO

## INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa promovida pela Unesco, que mais se detalha em outras partes deste trabalho<sup>1</sup> (ABRAMOVAY e CASTRO et al, 2006), chegam a quase 30% os jovens entre 15 e 29 anos que declararam participar de alguma associação. As igrejas lideram o ranking de participação juvenil, seguidas das ONGs. E menos de 4% dos jovens afirmam estar ligados a partidos políticos. É comum que tais dados, entre estudiosos, sejam interpretados como indicando que os jovens não se sentem representados pelos partidos e questionam cada vez mais a forma como se faz política.

Esses dados, porém, coexistem com o aumento do número de eleitores jovens. Nos últimos quatro anos no Brasil, cresceu 39,3% o número de jovens com 16 e 17 anos que tiraram o título de eleitor mesmo sem a obrigação de votar – cerca de 800 mil jovens em 2006 tiraram o título de eleitor. O aumento é muito superior ao crescimento vegetativo nessa idade, abaixo de 2%. “É uma marca histórica”, destaca reportagem da Revista *Época*, de 5.8.2006, que veicula a informação de que o percentual de eleitores adolescentes viria caindo sistematicamente desde 1992. Chegou a ser de apenas 1,7% do eleitorado em 1998. Já em 2006, representariam 2,45%, ou cerca de 3 milhões de pessoas.

---

1. Este trabalho se beneficia de análises constantes de outro trabalho a ser publicado, que contou com a colaboração do mestrando em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, Augusto Vasconcelos – membro do NPEJI e do PQPS/UCSAL/CNPq.

Os jovens se mostram cada vez mais críticos em relação ao jeito como se faz política, mas isso não significa que não estejam interessados no assunto. Mesmo com a crise ética que vivemos, os jovens estão se aproximando da política e discutindo com mais afinco as formas de fazer um controle eficaz sobre os governantes, como indicam por exemplo as letras de protesto do *Hip Hop* e o ativismo do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), instância que assessora a Secretaria Nacional de Juventude, composta de 70 membros, a maioria da sociedade civil, das mais diversas instituições relacionadas a movimentos de jovens.

O CONJUVE no ano passado reuniu-se regional e nacionalmente diversas vezes, e produziu o documento, por debates em rede, *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas* (CONJUVE, 2006) – “primeira etapa do meu trabalho”, afirma Regina Novaes, até este ano presidente da entidade. O CONJUVE no momento se estrutura para influenciar e acompanhar o Plano Nacional de Desenvolvimento, os trabalhos no Congresso Nacional relacionados à juventude, além de ser voz ativa em defesa dos direitos dessa população, como no caso dos debates sobre a redução da maioridade penal, quando junto com várias entidades de movimentos sociais se pronunciou contra tal perspectiva legal. Do CONJUVE fazem parte representantes jovens de partidos políticos, de ONGs, adultos especialistas e membros de movimentos sociais, e o mais interessante é que de fato há conflitos em temas diversos entre as entidades, críticas vinculações partidárias por uns, “onguismo” por outros, ou exclusiva orientação por tais entidades, mas vários deles, ainda que representem uma entidade, circulam, participam de várias, o que questiona a idéia de que os jovens ou não participam de quaisquer entidades, de partidos políticos ou necessariamente estão em uma ou outra, de diferente feição.

Hoje, os jovens estão engajados em ONGs e associações que lutam contra a homofobia, contra o racismo, pela qualidade do meio ambiente. Por outro lado, circulam e combinam vários espaços que não se contrapõem necessariamente, o que corrobora a negação de que participação se refira a um tipo exclusivo de filiação.

O caso do Hip Hop é emblemático e destacado por autores que discutem culturas juvenis na contemporaneidade, por integrar não somente tipos diferentes de expressões performáticas, artísticas, mas também por combinar a expressão cultural com o protesto político, ou seja, o Hip Hop questiona as tipologias de participação que não consideram o lúdico e o artístico ou o político em seu modelo clássico. Portanto, aponta para a necessidade de haver referência a dispositivos de participação político-cultural.

O tema participação política quando referido a juventudes mescla o racional/instrumental com o racional/emocional, questionando fronteiras formais e abrindo perspectiva dialética que decole de condições, da materialidade de vida e de culturas juvenis, em que pese a simplificação desses termos. Isso porque, em particular em países estruturados por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades – como os de gênero, raça e geração, entre outros –, seja preciso qualificar a relação entre universais do ser jovem e a produção da juventude pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelo Estado. É preciso também ter presente que estes são tempos pautados por individualismos narcíseos, inseguranças, medos e orientações por consumo, além de se considerarem os condicionantes estruturais, condições de vida que diferenciam os jovens entre si. Tais referências não são abordadas neste artigo, mas se constituem como premissas à sua tese nuclear – o questionamento sobre o apoliticismo como marca de uma geração, no caso, os jovens.

De fato as análises sobre participação e juventude tendem a considerações ligeiras e pouco embasadas em pesquisas que avancem além de opiniões e percepções dos jovens sobre aspectos da política participativa. Omite-se a contextualização destes tempos, não se consideram análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, nem se associam crises de participação aos desafios culturais, como o *ethos* de eterno presente e o ‘desinvestimento’ em projetos de mudanças, a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade. Se tais políticas têm o mérito de multiplicar referências, direitos – como os das mulheres e dos jovens –, podem também resvalar em guetos, na renúncia de questionar estados da nação, do mundo.

Assim, é comum se enfatizar que os jovens estariam buscando outras formas de participação, recusando as propostas de libertação, por projetos que interpelem o Estado, porque estariam mais motivados por políticas de identidades – como as de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, dos negros, dos homossexuais –, pela ecologia, por uma estética e arte libertária por exemplo, e tais frentes seriam antagônicas à forma de partido.

Esse é um debate complexo e que resvala também em simplificações funcionalistas, omitindo – ao destacar a importância das políticas de reconhecimento de direitos como as de gênero, raça, estética e arte fora dos cânones de mercado e da ecologia, assim como através da crítica necessária a vieses economicistas da esquerda – tanto o lugar do Estado quanto do mercado na reprodução de subalternidades, limitando-se ao reconhecimento de expressões identitárias. Não se discute também que há várias orientações político-ideológicas na apreensão de culturas de identidades, e não necessariamente

todas são incompatíveis com a formatação clássica de organizações de esquerda, como os partidos e sindicatos – reconhecidos por autores como Hobsbawn (1995) como movimentos sociais clássicos. A relação entre perspectivas é de fato complexa mas não impossível e, para que as agências clássicas dos embates políticos de classe estejam mais afins à contemporaneidade, se fazem necessárias reordenações de seus parâmetros, combinando por exemplo ênfase redistributiva com lutas por reconhecimento de culturas identitárias (ver FRASER e GORDON, 1994; FRASER e HONNETH, 2003). Para Fraser e Honneth (2003) as políticas de redistribuição, como as relacionadas à distribuição de bens e riquezas, cada vez mais pedem conjugação a políticas de reconhecimento por identidades e diferenças várias. Tal vontade de trânsito entre esses tipos de políticas, de combinações, tem sido um processo de aprendizagem de cidadania ativa nos encontros do CONJUVE.

Neste texto, considerando dados da pesquisa “*Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*” (ABRAMOVAY, CASTRO et al., 2006), analisam-se alguns indicadores sobre a extensão e formatação da participação dos jovens. Nas seções finais volta-se ao debate ensaio, mais reflexivo, sobre o tema, na perspectiva de colaborar para pesquisas futuras.

## 1. JOVENS E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL – PANORÂMICA 2004<sup>2</sup>

Considerando pesquisa domiciliar realizada com jovens entre 15 e 29 anos em diferentes áreas do Brasil, desenvolvida pela UNESCO em 2004,<sup>3</sup> a seguir se perfila em termos de grandes números uma panorâmica sobre a participação dos jovens brasileiros, segundo alguns indicadores. Os dados são apresentados expandidos para 47.832.670 jovens – a pesquisa em pauta é aqui referida como a Pesquisa.

A Pesquisa apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa em termos absolutos aproximadamente 13 milhões de jovens distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres. Verifica-se que, sobre os tipos de associação à qual pertencem ou pertenceram, 81,10% indicaram de caráter religioso, 23,6% as do tipo orga-

2. Esta seção se baseia em dados da pesquisa Abramovay, Castro et al 2006 (ver nota 3).

3. “A UNESCO com a colaboração do IBOPE procedeu a uma ampla pesquisa em várias regiões do Brasil. A pesquisa abarcou 10.010 jovens entre 15 e 29 anos, no período (*continua*)

nizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário.

**Tabela 1.** *Distribuição dos jovens segundo declaração de participação em associação, Brasil, 2004.*

Participação em alguma associação	N	%
Sim, participa	13.044.736	27,3%
Não participa	34.721.035	72,6%
Não opinou	66.899	0,1%
Total	47.832.670	100,00%

**Fonte:** Pesquisa “Juventude: Juventudes, o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”

(*continuação*) de 01 a 12 de julho do ano de 2004. Recorreu-se à amostra estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato sendo que dentro de cada estrato foram selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios, a saber:

(1) No primeiro estágio foram selecionados probabilisticamente os municípios que formaram a amostra pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), sendo a população de cada município tomada como base para tal seleção; (2) No segundo estágio, dentro dos municípios selecionados no primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os setores censitários, onde as entrevistas foram realizadas, também pelo mesmo método (PPT); (3) E no terceiro estágio as pessoas a serem entrevistadas foram selecionadas dentro dos setores censitários utilizando-se quotas proporcionais segundo as seguintes variáveis: sexo (masculino e feminino); grupo de idade (15 a 17, 18 a 20, 21 a 23, 24 a 26 e 27 a 29); e instrução (até a 4ª série do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior).

Tal procedimento teve como objetivo tentar garantir a representatividade e reduzir a margem de erro máxima estimada em 1 ponto percentual com um intervalo de confiança estimado de 95%.

No que se refere aos estratos, o desenho da amostra foi estratificado da seguinte forma: **Estrato 1** – Composto pelos municípios que integram as 9 regiões metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília); **Estrato 2** – Composto pelos municípios que não integram as 9 regiões metropolitanas, que possuem mais de 100.000 habitantes e densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km<sup>2</sup>; **Estrato 3** – Composto pelos municípios que não integram as 9 regiões metropolitanas, que possuem entre 50.000 e 100.000 habitantes (independente da densidade demográfica), pelos municípios que possuem menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km<sup>2</sup> e, finalmente, pelos municípios que possuem mais de 100.000 habitantes e densidade demográfica menor ou igual a 80 hab/km<sup>2</sup>; e **Estrato 4** – Composto pelos municípios que não se enquadram nos três estratos anteriores, isto é, municípios que não integram as regiões metropolitanas e que possuem população com menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica menor a 80 hab/km<sup>2</sup>” (ABRAMOVAY, CASTRO et al., 2006 / cap. Metodologia).

Não se detecta uma discrepância tão grande no nível de participação de acordo com o fator idade (ver Tabela 2).

**Tabela 2.** *Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por faixa etária, Brasil, 2004.*

Participação em Associação	Faixa etária					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Sim, participa	2.852.760 27,3%	2.852.607 27,2%	2.761.978 28,0%	2.422.492 27,6%	2.154.899 26,2%	13.044.736 27,3%
Não participa	7.588.625 72,5%	7.607.583 72,6%	7.091.124 71,9%	6.360.225 72,4%	6.073.478 73,8%	34.721.035 72,6%
Não opinou	23.892 0,2%	23.886 0,2%	9.560 0,1%	4.776 0,1%	4.784 0,1%	66.898 0,1%
Total	10.465.277 100,0%	10.484.076 100,0%	9.862.662 100,0%	8.787.493 100,0%	8.233.161 100,0%	47.832.669 100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”

Observando-se a variável ‘sexo’, verifica-se uma ligeira dianteira da participação feminina em associações (29,8%) (ver Tabela 3), o que pode estar relacionado ao tipo predominante de associações em que participam os jovens, como as de caráter religioso (ver Tabela 4).

**Tabela 3.** *Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação, por sexo, Brasil, 2004.*

Participação em Associação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim, participa	5.848.750 24,7%	7.195.986 29,8%	13.044.736 27,3%
Não participa	17.819.435 75,2%	16.901.601 70,0%	34.721.036 72,6%
Não opinou	28.665 0,1%	38.234 0,2%	66.899 0,1%
Total	23.696.850 100,0%	24.135.821 100,0%	47.832.671 100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”

No que tange às associações de caráter partidário, ressalte-se uma considerável diferença da participação masculina em relação à feminina, segundo indica-se na Tabela 4. Essa Tabela aponta para participação mais alta das mulheres nas associações de tipo religioso e corporativo. Note-se que, quando se discrimina o tipo de associação, há expressivas diferenças quanto ao nível de participação.

A maioria dos jovens pesquisados, 81,10%, declarou que participa ou já participou de uma associação de tipo religiosa. Já 23,6% fazem ou fizeram parte de associações do tipo organizacional-esportiva, ecológica, cultural, artística e/ou assistencial. É também expressivo proporcionalmente o contingente que declara participação, presente ou passada, em associações de tipo corporativo – trabalhista e/ou estudantil. Em proporção mais distante, 3,3% os que indicaram organizações partidárias.

**Tabela 4.** *Distribuição dos jovens segundo composição da participação em associação, da participação em geral e da população total por sexo, Brasil, 2004.*

Tipo de Associação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Partidário	258.067 59,3%	176.823 40,7%	434.890 100,0%
Organizacional	1.605.616 52,1%	1.476.421 47,9%	3.082.037 100,0%
Religioso	4.482.088 42,4%	6.096.887 57,6%	10.578.975 100,0%
Corporativo	1.137.203 46,7%	1.299.605 53,3%	2.436.808 100,0%
Participação (todas associações)	5.848.750 44,8%	7.195.986 55,2%	13.044.736 100,0%
População Jovem Total	23.696.849 49,5%	24.135.822 50,5%	47.832.671 100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?” E qual ou quais os tipos de associação que você participa ou já participou?”

Se homens e mulheres jovens apresentam níveis de participação próximos, o mesmo não ocorre ao se controlar idade e grau de instrução: a maior probabilidade à participação está com os mais velhos e com aqueles com mais alto nível de escolaridade (ver Tabela 5).

A relação entre participação juvenil e escolaridade remete a reflexões de Turner (in: VIEIRA, 2001) sobre cidadania cultural e a importância da educação para o seu exercício:

*[Segundo Turner, 1994], a cidadania era originalmente limitada ao âmbito da política e da economia. No século XX, Marchall expandiu-a para a esfera social e agora Turner enfatiza a dimensão cultural. Cidadania, para ele, consiste naquelas práticas sociais que capacitam um cidadão competente a participar plenamente da cultura nacional. Instituições educacionais, nesse sentido, são cruciais, pois constituem um aspecto essencial na socialização da criança. (VIEIRA, 2001:265)*

**Tabela 5.** Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Participação em Associação	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim, participa	1.897.321 17,3%	4.176.399 25,6%	5.595.041 32,7%	1.375.975 39,8%	13.044.736 27,3%
Não participa	9.043.008 82,5%	12.084.697 74,2%	11.519.828 67,3%	2.073.502 59,9%	34.721.035 72,6%
Não opinou	23.901 0,2%	23.886 0,1%	9.557 0,1%	9.555 0,3%	66.899 0,1%
Total	10.964.230 100,0%	16.284.982 100,0%	17.124.426 100,0%	3.459.032 100,0%	47.832.670 100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004. Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”

No que tange à estratificação social, não se verificam grandes variações, apesar da maior participação de jovens das “classes” A e B (32,1%) em relação aos que se enquadram em outros estratos (ver Tabela 6).

Se a análise sobre participação não se limita a mensurar somente níveis de participação em associações mas avança em indagar, como se faz na Pesquisa, sobre aproximações e formas variadas de socialização com mobilizações públicas, amplia-se o contingente de possíveis ativistas. Segundo a Tabela 7, mais da metade dos jovens (50,1%) declaram que já participaram ou têm



interesse de participar de um comício político, contrastando com 49,2% que disseram que não participam, nem têm interesse em participar.

**Tabela 6.** *Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por “classe socioeconômica”, Brasil, 2004.*

Participação em Associação	Classe socioeconômica - critério Brasil*			Total
	Classe A/B	Classe C	Classe D/E	
Sim, participa	1.930.095 32,1%	4.529.285 30,0%	6.585.356 24,7%	13.044.736 27,3%
Não participa	4.075.405 67,8%	10.564.057 69,9%	20.081.574 75,2%	34.721.036 72,6%
Não opinou	9.563 0,2%	19.106 0,1%	38.231 0,1%	66.900 0,1%
Total	6.015.063 100,0%	15.112.448 100,0%	26.705.161 100,0%	47.832.672 100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventude: Juventudes, o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”

\* Para o indicador “classe” recorre-se ao “Critério Brasil”, com ênfase em rendimento familiar, padrão de consumo domiciliar e escolaridade dos pais. (ABRAMOVAY, CASTRO et al, 2006 / Metodologia).

**Tabela 7.** *Distribuição dos jovens segundo declaração de participação e interesse em participar de comícios de partidos políticos, Brasil, 2004.*

Participação em comícios de partidos políticos	N	%
Participa	8.832.128	18,5
Participou, mas não participa mais	7.201.189	15,1
Não participou, mas pretende participar	7.893.992	16,5
Não participou e nem pretende participar	23.522.997	49,2
Não opinou	382.365	0,8
Total	47.832.671	100,0

**Fonte :** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: dentre as seguintes atividades que eu vou citar, gostaria que você me dissesse em quais tem interesse em participar.

A maioria dos entrevistados respondeu que acredita que a participação política desta geração é melhor que a de seus pais (Tabela 8), o que sugere que os jovens não necessariamente associam participação ao nível de engajamento organizado em instituições político-partidárias, que, como já analisado, segundo dados da Pesquisa, seriam relativamente baixos. Deve-se ponderar sobre uma possível associação entre a geração de seus pais com o período da ditadura militar no país, em que estavam tolhidas as liberdades democráticas, o que torna possível que a pergunta feita tenha sido interpretada no sentido de que no regime democrático estão dadas melhores condições para participação do que naquele período anterior.

**Tabela 8.** *Distribuição dos jovens segundo sua opinião sobre a participação política de sua geração em comparação com a geração de seus pais, Brasil, 2004.*

Participar da vida política	Total	%
Está melhor	26.383.132	55,2%
Está pior	17.210.664	36,0%
Está igual	2.246.073	4,7%
Não sabe/ não opinou	1.992.802	4,2%
Total	47.832.671	100,0%

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: "Comparando a geração dos seus pais com a geração do jovem dos dias de hoje, você acredita que participar da vida política está melhor ou está pior em relação à geração dos seus pais?"

A Pesquisa avança na perfilhação de participação, ao indagar sobre percepções quanto à política, apresentando um elenco de posições para que os jovens se pronunciassem quanto à concordância ou não e intenções de participação nas eleições municipais de outubro de 2004, o que se analisa a seguir.

Embora 63% dos jovens entrevistados para a Pesquisa tenham considerado que “o jovem de hoje não se preocupa com a política”, cerca de 72% da população jovem afirmaram ter algum interesse nas eleições municipais de outubro de 2004 (ver Tabela 9).

Ou seja, há que se cuidar do horizonte de referência quando se discute participação, pois tais dados podem sugerir uma maior força do local, ou das referências próximas.

**Tabela 9.** *Distribuição dos jovens segundo declaração de interesse nas eleições municipais de 2004, Brasil, 2004.*

Pergunta	N	%
Muito interesse	11.244.375	23,5
Interesse médio	9.829.083	20,5
Pouco interesse	13.074.233	27,3
Nenhum interesse	13.455.652	28,1
Não sabe/ Não opinou	229.329	0,5
Total	47.832.671	100

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Neste ano, teremos eleições para prefeito e vereadores. Gostaria de saber qual o seu interesse pelas eleições que ocorrerão em outubro deste ano. Você diria que tem:”

Outro dado da Pesquisa a se enfatizar é que 62,5% dos jovens concordaram com a frase que lhes foi apresentada sobre democracia, a saber: “A democracia ainda é o regime político preferencial”. Mas também outra declaração, antítese dessa, recebeu expressiva aceitação, o que sugere que é preciso estar mais atento para a pluralidade de tendências políticas ou possibilidades de alinhamento entre os jovens. Para 30,1% dos jovens “em algumas circunstâncias um regime autoritário pode ser preferível a um sistema democrático”.

Tal ajuizamento, porém, não permite, sem outras análises em relação a ambiências dos jovens que assim se pronunciam, que se etiquete tais jovens como conservadores ou “de direita”. O posicionamento crítico em relação à democracia pode estar sinalizando uma avaliação da conjuntura, ou do sistema econômico e político atual, que provoca vulnerabilidades de várias ordens, injustiças sociais, desemprego e má distribuição de renda e não necessariamente uma negação da democracia enquanto regime de organização de decisões no âmbito do Estado. É possível que a alta proporção de jovens que declararam preferir, mesmo que em algumas circunstâncias, um regime autoritário esteja expressando uma crítica à percepção de democracia que lhes chega no dia-a-dia. Por outro lado, há que levar em conta que há uma forte tradição autoritária no país que se exprime principalmente na idéia do personalismo e do patrimonialismo, bem como na baixa densidade de participação popular nas definições da coisa pública, o que pode acarretar sentimento de impotência, no âmbito de uma realidade em que os grandes feitos sempre

estiveram relacionados e identificados diretamente a alguém e não em nome de concepções.

Se tais informações sugerem uma demanda reprimida no que diz respeito à participação – já que democracia e participação têm nexos entre si –, é importante notar que existe de fato uma forte descrença entre os jovens em relação às instituições políticas tradicionais. Sobre a confiança nas instituições políticas, verifica-se que 84,6% dos jovens declararam não confiar nos partidos políticos; 76,7% afirmaram não confiar no governo; 82% não confiar no Congresso Nacional e 79,9% não confiar nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Tais informações alertam que se deveria pesquisar mais a hipótese de que os jovens não necessariamente são contrários e refratários ao exercício de uma cidadania ativa, por participação em entidades críticas e de acompanhamento do fazer políticas públicas, mas estão sim enviando uma mensagem de crítica às formas atuais de organização da política institucional no Brasil.

De fato, a complexidade do debate sobre orientações dos jovens quanto à participação política é verificada mesmo quando se tem o voto como indicador nuclear. Apesar de declarações que podem ser lidas como desencanto com a política institucional, é bastante expressiva a proporção de jovens que em 2004 se declaravam favoráveis à assertiva de que “o voto pode mudar a situação do país” (68,8% segundo a Tabela 10).

**Tabela 10.** *Distribuição dos jovens segundo opinião sobre se “o voto pode mudar a situação do país”, Brasil, 2004.*

Opinião	N	%
Concorda	32.896.340	68,8
Discorda	13.942.268	29,1
Não sabe/ Não opinou	994.063	2,1
Total	47.832.671	100

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada frase que eu citar, gostaria de saber se você concorda ou discorda: O voto pode mudar a situação do país”.

A Tabela 11, a seguir, reforça o argumento de que falta embasamento para afirmar que os jovens seriam avessos à participação político-eleitoral. Aí se lê que 66,6% dos jovens pesquisados consideraram que não é aceitável “não votar nas eleições”.

**Tabela II.** *Distribuição dos jovens segundo opinião sobre “não votar nas eleições”, Brasil, 2004.*

Opinião	N	%
É aceitável	13.503.565	30,6
Não é aceitável	29.440.760	66,6
Indiferente (esp.)	955.634	2,2
Não sabe/ Não opinou	281.942	0,6
Total	44.181.901	100

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada ação que eu citar, gostaria que você dissesse se acha aceitável ou não aceitável alguém: Não votar nas eleições”.

Já a Tabela 12 ilustra a diversidade de posições entre jovens sobre por que não votar nas eleições municipais de 2004. A maioria (40,1%) indica que não votaria por uma condição legal, ou seja, a de não ter o título regularizado. Os que expressam algum tipo de desencanto com o sistema eleitoral somam 37,3%. Desses, 11,1% afirmaram que votar “não serve para nada”.

**Tabela 12.** *Distribuição dos jovens segundo indicação do principal motivo para não votar nas eleições de outubro de 2004, Brasil, 2004.*

Indicação	N	%
Não serve para nada	649.852	11,1
Não gosto dos candidatos	444.352	7,6
Não creio nos partidos políticos	1.089.335	18,6
É minha maneira de protestar	281.897	4,8
Regularização do título de eleitor	2.346.085	40,1
Não ter idade	363.132	6,2
Outros	511.182	8,7
Nenhum destes	4.779	0,1
Não opinou	167.230	2,9
Total	5.857.844	100

**Fonte:** Pesquisa “Juventudes Brasileiras”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Qual desses motivos apontados na cartela é o principal motivo para você não votar nestas próximas eleições?”

Foram selecionadas apenas as respostas dos jovens entre 16 e 29 anos.

Entre as respostas com menos de 1% destaca-se: “por causa de um partido político” e “porque me pediram um voto”.

## 2. JOVENS E PARTICIPAÇÃO – NOTAS PARA DEBATE E PESQUISAS

**E**mbora as pesquisas sobre percepções dos jovens sobre participação sejam importantes, como a que se recorre neste artigo, são diagnósticos em relação a alguns indicadores de participação, retratos de situações, de um estado de conhecimento, pontas de um iceberg, que devem como tal ser destacadas, mas não necessariamente revelam processos históricos, sentidos sobre o mal estar com alternativas mais convencionais de participação.

De fato, no plano das percepções, os discursos dos jovens tendem a ser críticos sobre as representações institucionais e a indicar baixo nível de participação no que se considera como aparatos de mobilização mais tradicionais ou orientados para disputar o rumo do Estado, como por exemplo partidos e sindicatos.

O tema pede discussão sobre juventudes, ressaltando os limites da participação democrática quando se é excluído da participação na geração e distribuição de riquezas. Por exemplo, 40% dos 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil vivem em famílias com menos de três salários mínimos por mês.

Adiantamos a tese, mais demonstrada em outros trabalhos (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003, entre outros) de que a juventude, em particular aquela de classe trabalhadora, assim como a que se compõe pelo povo negro, quando classe e raça se entrelaçam, é uma das gerações mais à margem da participação da riqueza acumulada, a que vem sendo mais vitimizada pelas desigualdades sociais e modelação capitalista neoliberal. Por exemplo, os que não estudam e não trabalham correspondem a 20,4% do total de jovens entre 15 e 24 anos, no conjunto das nove Regiões Metropolitanas no Brasil – o que significa mais de 11 milhões de jovens em 2002 e a maioria desses são afro-descendentes (WAISELFISZ, 2006).

Segundo Castro e Abramovay (2003:35):

*Vários autores reconhecem que os jovens são agentes que se sobressaem quer como vítimas, quer como autores em delitos no campo de certas violências, além do consumo e tráfico de drogas (ver análises sobre o caso do Brasil hoje*

*em Waiselfisz (2002); Abramovay e Rua (2002); Castro et al (2002) e Cruz Neto et al (2001); entre outros), ou seja, que os jovens vivem vulnerabilidades sociais reais. No entanto, como frisa Hopenhayn (1997 e 2002), há significados na forma de viver tempos globalizados que reverberam mais sobre certas gerações, como os jovens, e que por outro lado há discursos que aumentam ou que não necessariamente teriam correspondência em realidades.”*

## 2.1 Juventude e formas de participação – vazios de pesquisa e generalizações sobre o apoliticismo dos jovens

É comum a referência na literatura sobre juventude a advertência de que são várias as culturas juvenis, as “tribos”, e o cuidado necessário contra generalizações (NOVAES e VANNUCHI, 2004, entre outros). Contudo, paradoxalmente, se viriam assumindo certas profecias auto-referidas, a partir de bases empíricas restritas. É comum se fazerem generalizações a partir de microcosmos ou visões parciais ou partidas de uma realidade cada vez mais múltipla e diversificada, principalmente se se trata da participação de jovens.

Defende-se, por exemplo, que este é um tempo de ‘distopias’, ou de utopias datadas e circunscritas a fins imediatos. Ou seja, que nestes tempos perderia lugar a figura do militante do movimento estudantil. Para alguns autores, uma agência que teria perdido o seu papel quer de advocacia de direitos dos estudantes universitários, de representação dos interesses desse grupo, quer de sítio de lutas contra desigualdades sociais, modos de operação da modelagem político-econômica em curso, por justiça e mudanças sociais.

De fato, nota-se que, na atual conjuntura, segundo pesquisas na América Latina (RODRÍGUEZ, 2002 in: CASTRO e ABRAMOVAY, 2003), em muitos países não chega a 20% os jovens que declaram participar de alguma organização ou movimento juvenil existente, quer seja estudantil, partidário ou mesmo de ONGs de diversas matizes. Conforme os dados de 2004 da pesquisa da UNESCO apresentados na seção anterior, no Brasil o patamar seria mais elevado, já que cerca de 30% dos jovens entre 15 e 29 anos participam de algum tipo de organização associativa (ABRAMOVAY, CASTRO et al, 2006).

Contudo, há divergências sobre o caráter de participação política dos jovens hoje. Alguns defendem que esta, em comparação a outras, seria uma geração menos atraída por partidos políticos, organizações sindicais e outras formas mais convencionais. Advogam vários autores que hoje predominam mais os agrupamentos juvenis, em particular no campo cultural e artístico,

por exemplo, os grupos de Hip Hop, os grupos de amigos ou as mobilizações esporádicas, por eventos ou temas, sem continuidade e avessos a rotinas. Entretanto, em particular no caso de associações relacionadas à performance cultural, valeria mais discutir também conteúdo e formatação de tal participação. Assim, há correntes no Hip Hop que se destacam pela crítica social, condenação da violência e do racismo, por exemplo.

Há que se reconhecer que o campo de organizações das juventudes é complexo e amplo e que os jovens continuam de forma renovada participando inclusive de partidos, sindicatos e mobilizando ações que se formatam em passeatas, ainda que não de forma tão noticiada pela grande imprensa como em 1968 e 1984 (RIBEIRO, 2004). Mas aí estão como também em diversos movimentos sociais, inclusive levando àqueles uma série de questões e debates existenciais que combinam micro e macro referências, como questões relacionadas a relações sociais de gênero, sexualidade, drogas e cultura, entrelaçando preocupações com políticas de juventude e com o estado do mundo, quando vêm assumindo papel singular nas manifestações críticas à globalização e políticas repressivas. Não se pode, portanto, decretar a morte do movimento estudantil e político-partidário por vontade epistolar de pesquisadores que comumente se restringem a pesquisas de ONGs ou de agrupamentos específicos.

Por outro lado, um fato novo hoje é a ênfase de organizações juvenis, movimentos por maior participação dos jovens no campo da elaboração legislativa, do acompanhamento da vida política dos poderes constituídos – por exemplo, os movimentos contra corrupção e por engajamento em processos eleitorais – e por políticas de/para/com juventudes, ou seja, voltadas para os jovens e que tenham um enfoque de geração. A mobilização de grupos juvenis nos últimos dois anos no Brasil pela institucionalização de uma secretaria nacional de juventude é significativa, bem como com relação a um conselho nacional de juventude com representação ampliada de grupos de jovens e outras agências afins, além das diversas articulações no âmbito dos estados e municípios.

Por outro lado, se reconhece que vem crescendo um certo desencanto de vários grupos juvenis em relação à política eleitoral e às formas convencionais de participação política, ou seja, mais orientada a um lugar no Estado. Contudo, faltam estudos comparando gerações e legitimação/desencanto com a política institucional hoje no Brasil.

Uma das marcas atuais no campo de debates sobre políticas e juventude é o deslocamento de políticas para juventudes, ou seja, a partir do Estado,



para a perspectiva de políticas de ou com juventudes, ou seja, políticas específicas para grupos jovens e políticas que sejam decididas e formatadas com a participação dos jovens, combinando-se participação de grupos da sociedade, sendo que em alguns países haveria assembleias com representação juvenil e secretarias de juventude com a participação direta de jovens. Tais iniciativas remetem ao princípio de reconhecimento dos jovens e das jovens como atores de mudanças e sujeitos políticos com identidades próprias.

Pesquisas sobre jovens e política sublinham a crítica dos jovens às organizações político-partidárias, o seu desinteresse por formas de representação institucionalizadas e sua maior orientação por garantia de emprego, carreira, mobilidade individual, profissionalização e ética de consumo. Por exemplo, Zavala (2002) da equipe de Gilberto Dimenstein, referindo-se à pesquisa conduzida pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, com jovens (“Os Jovens e o Consumo Sustentável-Construindo o Próprio Futuro”), destaca que 24% dos jovens brasileiros (entre 18 e 25 anos, residentes nas regiões metropolitanas) não “acreditam que suas ações podem melhorar o mundo ou, pelo menos, sua própria vida”. No estudo também se destaca que apenas 10% dos entrevistados possuem interesse em assuntos relacionados à política ou à sociedade. Preferem ‘quebrar a cabeça’ em questões como educação profissional (84%). Organizações sociais e políticas não são instrumentos com os quais eles contam. Parecem caminhar descolados de sua realidade em direção a objetivos individuais, segundo Helio Mattar, coordenador da pesquisa (ZAVALA, 2002).

Em outras palavras, nas pesquisas sobre participação política dos jovens, seria importante analisar mais o contexto do jogo político eleitoral brasileiro. Mas, por outro lado, a generalização sugerida pelo articulista de que a juventude seria uma geração “pragmática e sem utopias coletivas” merece cuidado. Não se leva em consideração que a pesquisa conduzida pela Akatu é baseada em entrevistas com 1350 entrevistados em nove regiões metropolitanas entre 18 e 74 anos, enquanto os dados destacados são respostas daqueles entre 18 e 24 anos. Ou seja assume-se uma generalização discutível até em termos estatísticos sobre pensares “da juventude”.

Segundo pesquisa domiciliar realizada com 800 jovens de 15 a 24 anos de distintas classes sociais no Rio de Janeiro, em 2001 (NOVAES e MELLO, 2002:84), os jovens tenderiam a posturas “progressivas”, a favor de greves por melhores salários e manifestações pela paz. “Os jovens de classe D são os que mais apóiam as greves por melhores salários. No total, quase 70% dos jovens também apóiam a ocupação de terras improdutivas para reforma agrária”.

Mas as autoras defendem que os jovens seriam avessos à participação em partidos políticos e movimentos sociais:

*Contudo, como já mostraram outras pesquisas, o apoio a estas e outras formas de manifestação política [greves e ocupação de terras pela reforma agrária] não se traduz em engajamento e participação direta dos jovens em partidos políticos e movimentos sociais. A escola é onde os jovens mais participam de grêmios e campanhas, logo depois vêm os espaços das igrejas (...). Os jovens de igrejas orientais, pentecostais e católicos praticantes são os que dizem que mais participam de grupos de sua igreja. Os movimentos ecológicos e comunitários são os que os jovens mais gostariam de participar.*

*Filhos de uma época caracterizada como 'sem utopia', os jovens se reencontram com fragmentos de velhas utopias. Família, trabalho, justiça social, viver a vida e ter fé - são os cinco valores mais citados por eles. (NOVAES e MELLO 2002:84)*

Note-se que as pesquisas que defendem que estes seriam tempos de ausência de utopias e enfatizam que os jovens se orientariam mais por trabalhos em ONGs que propriamente à participação político-partidária ou em movimentos de crítica social pouco se referem a juventudes militantes – objeto de pesquisa privilegiado antes da ditadura militar e hoje tema de poucos trabalhos. Por outro lado, muitos autores deixam de ir mais a fundo em possíveis sentidos para indicadores de crítica à política institucionalizada em partidos e órgãos de representação, interpretando como orientação individualista o que pode ser considerado, por outro olhar, como mal estar pela não representação coletiva de muitas instituições, i.e., das necessidades e vontades de ampla parcela da população, ou seja, por sentido de frustração quanto à política e à agência política que se queria. Por exemplo, Zanetti (2001) que desenvolveu pesquisa sobre “atitude revolucionária juvenil no Brasil” observa que:

*Os jovens de nosso questionário têm mostrado, em geral, uma imagem coerente com a história da juventude brasileira. São participativos nas questões da sociedade e da vida em geral – 80% deles. Quando essa participação é conduzida para o campo político, temos uma drástica redução, pois 45% têm atitude e 34% têm comportamento de participação em relação à política. Isso confirma o que é de domínio público: o profundo desgaste das instituições políticas, dos políticos e seus partidos, mas não torna a juventude apática ou indiferente. (ZANETTI, 2001:180)*

A literatura sobre novos sujeitos não necessariamente se divorcia de referências clássicas à organicidade, mas provoca re-elaborações sobre seus sentidos, em nosso juízo caminho de pesquisa a ser privilegiado e que está faltando. Em tempos em que internacionalmente os jovens vêm se destacando na luta anti-globalização e pela paz e que eclodem periodicamente protestos de jovens em diversos países a políticas mais conservadoras – e.g. os protestos na França que envolveram migrantes e os atuais (março de 2006 contra o programa de primeiro emprego para os jovens que deixa os trabalhadores à mercê de demissões por parte dos empregadores)<sup>4</sup> –, difunde-se a idéia de apolitismo dos jovens.

### 3. JUVENTUDES, CULTURA E PARTICIPAÇÃO – TEMA EM ABERTO

Insistimos que há generalizações e simplificações para o caso brasileiro sobre a não militância dos jovens e, em particular, quando se compara esta com aquela do período pré-ditadura militar.

Na introdução ao que na literatura brasileira de Ciências Sociais torna-se um marco para o debate do conhecimento sobre novos sujeitos, i.e., o livro de Eder Sader “*Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*”, publicado em 1988, Marilena Chauí assim responde à pergunta que se faz, qual seja: “Por que o sujeito novo, os movimentos sociais que em bairros, em dissidências de estruturas sindicais, em associações por causas específicas, como programas de saúde para as mulheres, agitaram o cenário brasileiro da época, inaugurando novas formas de fazer política?” Segundo Chauí:

*Antes de mais nada porque criados pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irra-*

4. Segundo artigo de Kerstin Gehmlich e Tom Heneghan na Folha de São Paulo, dia 18 de março de 2006: PARIS (Reuters) “Multidões de estudantes, sindicalistas e partidários de esquerda foram às ruas na França, no sábado, para pressionar o governo conservador a anular uma nova lei que mina a segurança no trabalho para jovens trabalhadores.”

*diam idéias e representações, opostas, como objetos domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social...*

*Em terceiro lugar porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.*

*Referido à Igreja, ao sindicato e às esquerdas, o novo sujeito neles não encontra o velho centro, organizadores no sentido clássico e sim 'instituições em crise' que experimentam 'a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos', precisando encontrar vias para reatar relações com eles.* (Chauí in: SADER, 1988:10-11. Sublinhamos)

Se se trata de novo sujeito na classe – e quem sabe, para a classe –, os seus constituintes (ver 'corpus' que destacamos na citação de Chauí, acima) sugerem que também se trata de novo conhecimento, ou de nova forma de conceber e articular conhecimentos, inclusive por prática singular, mas não novo no sentido do descarte dos clássicos, e sim de ancoragem na contemporaneidade. Mais do que conceitos com significados fixos, tais constituintes sugerem que se faz necessário sensibilidade, reflexão sobre cultura política, cidadania cultural (TURNER, 1994), atenção a práticas dos movimentos sociais, identificando a partir de cada prática re-significações conceituais, e trânsito entre práticas – teórica e de ação programática –, em âmbito de/em movimento.

Em síntese, faz-se necessário retornar ao debate sobre participação política e sujeitos (novos ou velhos ou híbridos) do fazer política, considerando: tipos de juventudes; questionando em que medida têm embasamento reflexões sobre o apoliticismo e orientação individualista e consumista dos jovens hoje – se tal figura não é uma simplificação da complexidade do real. Sem tomar, portanto, tais assertivas como verdades a priori, mas qualificando sentidos, é necessário diferenciar análises de agências, tipos de organizações associativas e político-partidárias, instituições formais da vida política e práticas políticas que estariam sob alvo de críticas de jovens e possivelmente também de não jovens, das análises sobre culturas juvenis, projetos de vida e vontades juvenis, inclusive de inserção em cidadania ativa de diferentes tendências.

As análises dos dados da pesquisa promovida pela UNESCO (ABRAMOVAY e CASTRO et al, 2006) sugerem o que enfatizava anteriormente Carrano (2006:4) a partir de análises da pesquisa do IBASE sobre participa-

ção de jovens: “Os dados não configuram quadro de recusa participativa na esfera política, mas ausência de confiança nos canais institucionais e nas formas tradicionais de se fazer política.”

Por outro lado, deve-se ter a preocupação por garantir o lugar de posturas críticas. Não seria o caso apenas de propor políticas, mas colaborar para que os jovens possam exercer posturas críticas do fazer política. O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, a acompanhar e a cobrar a ação do Estado, exercendo sua cidadania. Isto, do nosso ponto de vista, é uma das potencialidades de entidades que reúnem jovens em foros de debates e acompanhamento de políticas como o Conselho Nacional de Juventude, instância de socialização para uma cidadania ativa. Seria importante acompanhar o CONJUVE (ver *site*) em particular, em futuro próximo, quando a representação indicada será renovada, e serão mudados os que dela participam (membros da sociedade política, sociedade civil-ONGs, movimentos sociais e especialistas – esses mais velhos, comumente), já que um dos problemas básicos de entidades de representação abrangente é justamente a questão da representação. Outro tema ainda em aberto é o reconhecimento do lugar do CONJUVE em relação a ministérios e outras entidades dos poderes governamentais, o que será mais bem acompanhado quando de fato o CONJUVE exercer mais o direito de controle de programas.

De fato, participação sugere pertencimento, reconhecimento, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia, então não depende somente dos jovens e de suas entidades. Os jovens se orientam em princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para renovação. Então, a participação de jovens é importante não somente para os jovens, mas também para rejuvenescer o fazer política e renovar a coisa pública.

Claro que essas são tendências mas não necessariamente evidências que caracterizam todos os jovens. Há jovens e jovens. Jovens idealistas, orientados por causas sociais, coletivas, pela solidariedade e há jovens oportunistas, orientados por um individualismo narcíseo, para suas carreiras e suas vidas privadas, do pequeno círculo.

Outra importância da participação política juvenil para a cultura política destes tempos é a linguagem juvenil que utiliza as artes, a dança, a música, o deboche, a crítica cultural, evitando as departamentalizações entre estética e política, como tão bem ilustra o Hip Hop, assim como formas de comunicação que recorrem a avanços da tecnologia, como a ciber-militância, o que

remete à importância de políticas de reconhecimento, no caso da especificidade de juventudes.

Se a relação entre cultura e política contribui para ampliar a compreensão da diversidade de formas e tipos de participação, deve-se tomar cuidado com simplificações por dicotomias, considerando a recorrência à cultura como performance, expressão estética, como alternativa ao investimento na possibilidade de participação político-organizacional de corte cooperativo ou de associações de classe ou em partidos. Oliveira, Silva e Rodrigues (2006:62) enfatizam a importância dos jovens como produtores de cultura mas reconhecem ambiências sócio-político-econômico-culturais que limitam tal potencialidade:

*Abordar a relação entre cultura e juventude exige perceber como os (as) jovens vivem essa “juventude”: as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis espalhados por todo o país. Mas também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégios de poucas pessoas. Dessa forma, a juventude deve ser reconhecida e valorizada como produtora de cultura, mais do que como consumidora de bens culturais.*

Há também um sentido singular da participação política juvenil que é o trânsito entre o pessoal e o político, entre valores, sentimentos e a razão. “Jogar-se por inteiro”, “dar adrenalina” tendem a minimizar a rotinização do fazer política pela tradição, por retórica ou tecnologia normativa, isto é, sem paixão. Frisamos, mais uma vez, que tal orientação é uma possibilidade, uma tendência e não um determinismo próprio do ser jovem. É preciso falar em juventudes evitando naturalizações do ser jovem e – insiste-se – é preciso estar atentos a dispositivos político-culturais de participação, trânsitos entre cultura e política, estar em lugares de política de redistribuição e de reconhecimento, o que forma outra cultura política ou pede mais relação entre ética, estética, linguagens e responsabilidade com a coisa pública – aprendizagem de democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud en Colombia. In: LEON, Oscar Dávila (Org.). *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: CIDPA, 2003.
- ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2004.
- ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia (Coords.), ALVES DE SOUZA, Allan Nuno, SOUZA LIMA, Fabiano, PINHEIRO, Leonardo. *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.
- AROCENA, Felipe. *La modernidad y su desencanto*. Modernos, pos-modernos y neo-conservadores en el discurso sociológico. Pocitos: Vinten Ed., 1992.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de (Org.). *Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. *Democracia Viva* n. 30, jan.-mar. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTILHO, Carlos. Protestos estudantis na França servem como laboratório da ciber-política. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 02 de abril 2006. Código Aberto.
- CASTRO, Mary, ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventude*. Brasília: UNESCO, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. No limiar de um novo milênio. Possibilidades e cenários. *Cadernos CRH* n. 22, jan.-jun., p. 31-50, Salvador, 1995.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE: *Política Nacional de Juventude, Diretrizes e Perspectivas*. 2 ed. Brasília: CONJUVE, 2006
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e Movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação da comunidade em órgãos da Administração Pública. *Revista de Direito Sanitário* v. 1, n. 1, São Paulo: LTr, nov. 2000.

- DIMENSTEIN, Gilberto. Vítimas da paralisia juvenil. *Folha Online* - <http://www.uol.com.br/folha/Dimenstein> de 14.03.2002.
- FERNANDES, Nelito, COTES, Paloma, LEAL, Andréa. O que querem os jovens?. *Revista Época*, 7 de agosto de 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Em busca do Socialismo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A contestação necessária*. Retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- FRASER, Nancy, GORDON, Linda. Civil citizenship against social citizenship? In: STEENGERGEN, Bart van. *The condition of citizenship*. London: Sage, 1994.
- FRASER, Nancy, HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?* A political-philosophical exchange. London: Verso, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2005.
- JAMESON, Fredric. O Pós-Modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, Ann (Org.). *O mal-estar no Pós-Modernismo*. Teorias, práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- MORAES CAMARGOS, Wladimir Vinycius de. *O mundo sob o olhar estudantil. Programa de Estudos e Pesquisas Científicas das Entidades Estudantis Brasileiras – Pré-projeto União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Projeto de Reconstrução do Centro de Estudos Honestino Guimarães (CEHOG) - Goiânia - não publicado, xerox, 2001.*
- NOVAES, Regina Reyes, MELLO, Cecilia Campello do A. Jovens do Rio. Circuitos, Crenças e Acessos. *Comunicações do ISER*, ano 21, n. 57, 2002.
- NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- OLIVEIRA, Júlia Ribeiro, SILVA, Lúcia Isabel C., RODRIGUES, Solange S. Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. *Revista Democracia Viva*, n. 30, Especial Juventude Política, Rio de Janeiro: IBASE, jan.-mar. 2006.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de desenvolvimento humano 2004*. <http://www.undp.org.br> (acessado em 02/12/2005).
- RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.



- RODRIGUEZ, Ernesto. *Consolidando alianzas estratégicas: fortalecimiento institucional y cooperación regional en políticas de juventud en América Latina*. Madrid: OIJ, 2000.
- SADER, Eder . *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SPOSITO, Marília, CARRANO, Paulo. Juventud y políticas en Brasil. In: DÁVILA, O. (Org.). *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Vina Del Mar, Chile: Ed CODPA, 2003.
- SCHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução de Gisela Domschke. São Paulo: Ed. 34, 1998. (Coleção TRANS).
- TURNER, Bryan S. Postmodern Culture/Modern Citizens. In: STEENBERGEN, Bart van. *The condition of citizenship*. London: Sage, 1994.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). *Relatório de desenvolvimento juvenil 2005* - elaborado para UNESCO, xerox 2006-não publicado.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 2004.
- ZAVALA, Rodrigo. *Folha Online* – <http://www.uol.com.Br/folha/Dimenstein> de 14.03.2002.
- ZANETI, Hermes. *Juventude e revolução*. Uma investigação sobre a atitude revolucionária no Brasil. Brasília: Ed. UnB, 2001.

MARY GARCIA CASTRO

Professora da UCSAL – Mestrados em Família na Sociedade Contemporânea e Políticas Sociais e Cidadania; bolsista produtividade I da Fapesb; professora aposentada da UFBA; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – NPEJI/UCSAL/CNPq e membro do Grupo de Pesquisa Questão Social e Políticas Sociais – PQSPSUCSAL/CNPq.